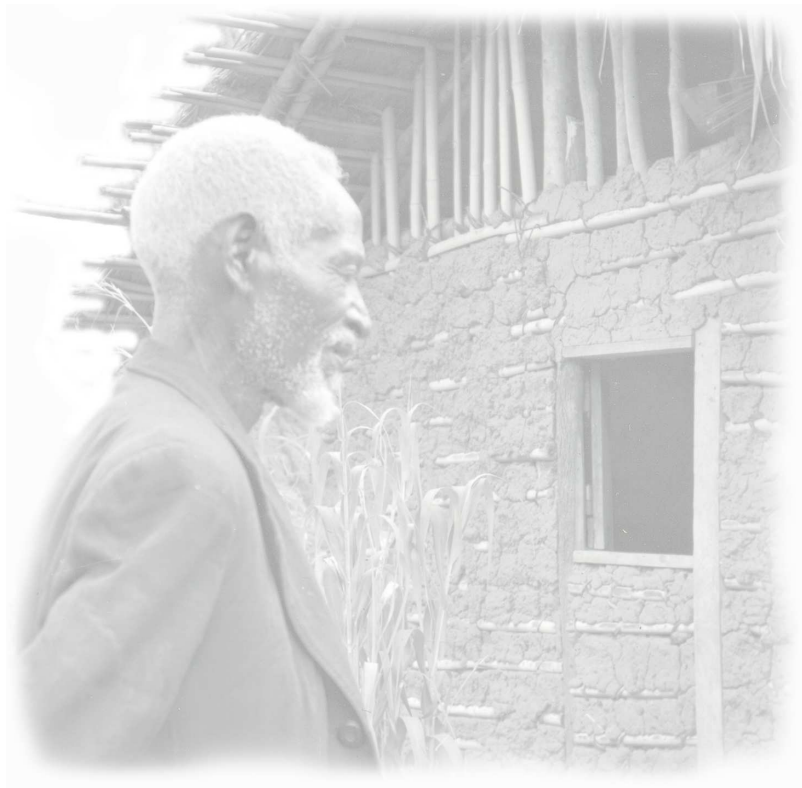


*Migrações, itinerários  
e esperanças de  
mobilidade social no  
recôncavo bahiano após  
a Abolição*



## **MIGRAÇÕES, ITINERÁRIOS E ESPERANÇAS DE MOBILIDADE SOCIAL NO RECÔNCAVO BAIANO APÓS A ABOLIÇÃO**

### **RESUMO**

Este artigo busca acompanhar histórias de vida de ex-escravos e descendentes que migraram da zona rural para diversas localidades do Recôncavo da Bahia nos anos seguintes à abolição. A ideia é ver em que medida as experiências da escravidão e as expectativas de liberdade influenciaram escolhas migratórias e formas de inserção dos ex-escravos no meio urbano. Refazendo a diversidade de caminhos percorridos, esperamos identificar, também, as variadas estratégias e arranjos que pessoas e famílias lançaram mão para sobreviver após o fim do cativeiro.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Abolição. Pós-abolição. Bahia, recôncavo.

Walter Fraga Filho<sup>1</sup>

---

## MIGRAÇÕES, ITINERÁRIOS E ESPERANÇAS DE MOBILIDADE SOCIAL NO RECÔNCAVO BAIANO APÓS A ABOLIÇÃO

Neste artigo buscaremos rastrear histórias de vida de ex-escravos e descendentes que migraram da zona rural para diversas localidades do Recôncavo nos anos seguintes à abolição. A intenção é refletir e avaliar em que medida as experiências da escravidão e as expectativas de liberdade influenciaram escolhas migratórias e formas de inserção dos ex-escravos no meio urbano. Refazendo a diversidade de caminhos percorridos, esperamos identificar, também, as variadas estratégias e arranjos que pessoas e famílias lançaram mão para sobreviver após o fim do cativeiro. Observando as mudanças ocorridas nas trajetórias pessoais dos que migraram para outras localidades, sobretudo através da adoção de outro sobrenome, do aprendizado de uma nova profissão ou do reaproveitamento das experiências profissionais e dos laços sociais construídos no tempo do cativeiro, esperamos identificar aspectos importantes das escolhas e percursos pessoais e familiares<sup>2</sup>.

Mas migrar ou permanecer nos locais onde nasceram escravos eram decisões que dependiam de vários fatores, entre os quais idade, ocupação, gênero e mesmo de circunstâncias e situações que estavam fora do controle das pessoas. Indivíduos que emergiram do cativeiro com a posse de alguns bens e direitos

---

<sup>1</sup> Professor de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). <walterfragaf@ig.com.br>

<sup>2</sup> Para uma reflexão mais geral sobre o pós-abolição em outras regiões do Brasil, inclusive discutindo a questão das migrações ver: XAVIER, R. C. L. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU-UNICAMP, 1996; RIOS, A. L.; MATTOS, H. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

tinham uma tendência maior a permanecer nas localidades onde viveram cativos. Evidentemente que para essas pessoas ficar não significou acomodação às velhas relações, significou novos desafios e conflitos na relação com os ex-senhores. Porém para os que emergiram do cativeiro sem nada mais além do que a força dos próprios braços migrar para outras localidades foi um imperativo de sobrevivência.

Ademais, migrar ou permanecer nas localidades eram escolhas com implicações diferenciadas para homens e mulheres. Mulheres com idade avançada e tendo que cuidar dos filhos e dos parentes mais idosos tinham menos margens de escolhas migratórias. Mesmo para as famílias que conseguiram o direito de cultivar pequenas parcelas de terras, os homens estavam mais livres do que as mulheres para migrar sazonalmente em busca de melhores remunerações em localidades mais distantes. Além disso, a decisão de migrar tinha outros significados, não era apenas norteadada pelos imperativos da sobrevivência. Havia sentidos políticos na forma como os ex-escravos pretendiam distanciar-se do passado de escravidão.

#### OUTROS ITINERÁRIOS

Nos dias imediatos à abolição, houve intensa movimentação de homens e mulheres egressos da escravidão do campo para as cidades ou mesmo de uma freguesia rural para outra. Sabemos que, nos meses imediatos à abolição, libertos de vários engenhos se movimentaram para cidades do Recôncavo ou vice-versa para rever parentes ou fixar moradia. Em parte, essa movimentação dos libertos era prolongamento das fugas que se intensificaram nos últimos anos da década de 1880 como decorrência do processo de desmonte das relações escravistas nos engenhos e alhures. As fugas se avolumaram nos meses que antecederam a lei de 13 de maio, verificando-se, inclusive, fugas coletivas.

Com o fim do cativeiro, formalmente deixou de haver restrição ao movimento dos ex-escravos e estes não se sentiam mais obrigados a pedirem “consentimento” aos ex-senhores para saírem das localidades onde viveram cativos. Assim, os libertos não estavam mais obrigados a permanecer presos a um lugar por vontade ou decisão de outrem. Na perspectiva dos antigos

senhores, os abandonos das propriedades foram parte do que rotularam de “desorganização do trabalho” decorrente da lei de 13 de maio. Um senhor de engenho baiano observou que os “libertos entregues à agradável impressão de liberdade entenderam quase todos que não deviam ficar na companhia de seus ex-senhores por parecer-lhes que continuariam no cativeiro”.<sup>3</sup> Ele queria fazer crer que sem os freios morais do escravismo, os libertos abandonariam as propriedades e recusariam o trabalho nos canaviais.

Como em outras partes do Brasil escravista, a imagem de negros abandonando propriedades e engrossando as fileiras dos desempregados e vadios das cidades fez parte do repertório de temores das elites baianas. Na verdade, a imagem do abandono em massa das senzalas era uma projeção de antigos medos senhoriais, algo que se intensificou nas últimas décadas do século XIX. Sabemos que após a abolição esta imagem continuou presente, sobretudo porque era preciso convencer as autoridades da necessidade de indenização pela perda da propriedade escrava.

Aliás, finda a escravidão, os senhores locais se apoiaram nesses argumentos para reivindicar, dos governos imperial e provincial, medidas repressivas à vadiagem e à vagabundagem. Após o primeiro mês de vigência da Lei Áurea, um proeminente senhor de engenho de Santo Amaro, o barão de Vila Viçosa, escreveu longo artigo defendendo urgentes medidas para reprimir

---

<sup>3</sup> OLIVEIRA, M. R. de. *A indenização*. Bahia: Tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1888. p. 35-36. O abandono das propriedades foi um fenômeno que ocorreu em diversas regiões. Um descendente de senhores de engenho de Pernambuco rememorava: “Com a abolição, os escravos de Tentugal [engenho], como os dos outros engenhos abandonaram as antigas terras dos senhores, dispersando-se pelas aldeias e pequenas cidades mais próximas, e até para o Recife. A alforria para as suas mentalidades primitivas era a libertação da enxada e do eito, o vadiar sem destino, famintos e bêbados de cachaça. Pouco tempo depois, voltara a maior parte, batida pela miséria para a sombra protetora das casas-grandes [...], mas este retorno não pôde mais corrigir a desordem econômica da primeira hora da Lei Áurea”, Cf. BELLO, J. M. *Memórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958. p. 12. O autor nasceu em 1885 no Engenho Tentugal, município de Barreiras, Pernambuco.

a insubordinação e a vadiagem que perturbavam os trabalhos agrícolas.<sup>4</sup> Na sua visão, a vadiagem correspondia tanto à recusa ao trabalho nas lavouras de cana quanto ao abandono das propriedades. Em julho de 1888, a Associação Comercial da Bahia, instituição que congregava comerciantes e proprietários rurais, em representação enviada à princesa Isabel reivindicou medidas enérgicas para reprimir a suposta “vagabundagem dos livres e libertos”.<sup>5</sup>

Nos meses seguintes à abolição, autoridades policiais de freguesias açucareiras chegaram a colocar em prática medidas de repressão aos ex-escravos que deixavam os engenhos. Em agosto de 1888, ao prender um liberto por vadiagem, uma autoridade policial de Santo Amaro recomendou punição rigorosa para que se “coíba aos demais companheiros, principalmente agora que a cidade está cheia de libertos que em nada se empregam, vivendo apenas da rapinagem”.<sup>6</sup>

Embora a repressão à vadiagem não tenha se convertido numa solução viável ao controle da população, as autoridades policiais das cidades próximas aos engenhos continuaram a pedir atenção especial à movimentação dos libertos. Em 4 de abril de 1889, em correspondência enviada ao presidente da Província, o delegado da cidade de Alagoinhas, ao falar das dificuldades de policiar uma cidade que se localizava na convergência de três ferrovias e onde circulava uma “população estranha e desconhecida”, incluiu, entre as causas de desordens, a presença dos “que entraram no gozo da liberdade pela Lei de 13 de Maio” e abandonavam as fazendas e engenhos da região. Segundo o

---

<sup>4</sup> *Diário da Bahia*, Salvador, 14 ago. 1888, p. 2. (Biblioteca Pública do Estado da Bahia, doravante BPEB.)

<sup>5</sup> Representação da Comissão de Lavoura e Comércio da Associação Comercial enviada ao governo imperial em 11 julho de 1888. (Biblioteca da Associação Comercial da Bahia, doravante BACB.)

<sup>6</sup> *Diário da Bahia*, Salvador, 1 jul. 1888, p. 1. (BPEB.); Relatório da Junta Diretora da Associação Comercial da Bahia, apresentado na sessão de 15 de fevereiro de 1889, p. 13. (BACB.) Sobre a prisão de o liberto ver: Ofício de Antônio Lourenço de Araújo, delegado de Santo Amaro, destinado ao chefe de polícia, em 28 de agosto de 1888. (Arquivo Público do Estado da Bahia, doravante APEB, Polícia, n. 6.506.)

delegado, “é grande o número deles, o que vindo em busca de trabalho, não encontrando-o, atiram-se a uma vida desregrada”. Acusar os libertos de promoverem desordens ou entregar-se a uma vida supostamente “desregrada” era um argumento forte para sensibilizar o governo provincial para a necessidade de aumentar o destacamento policial da cidade.<sup>7</sup>

Mas, para além dos temores das elites e das preocupações repressivas das autoridades policiais, é necessário pensar a movimentação geográfica do período, a partir dos referenciais dos libertos. Para muitos ex-escravos, a migração significou distanciar-se do passado de escravidão. Como observa Rebecca Scott a mobilidade em todo o mundo pós-escravista era um componente do que os libertos definiam como liberdade.<sup>8</sup> Naqueles dias, muitos abandonaram os engenhos em que viviam para rever parentes que residiam em outras propriedades ou retornar para localidades de onde haviam sido retirados por interesse dos ex-senhores. Em 1933, ao ser indagado por um jornalista sobre sua vida de cativo, o ex-escravo Argeu contou que, no dia seguinte à abolição, abandonou o engenho em que serviu como cativo e para onde foi transferido como dote de casamento da filha do antigo senhor.<sup>9</sup>

Muitas vezes, a decisão de migrar relacionava-se ao desejo de reunir familiares há muito separados pela escravidão. Em 19 de agosto de 1889, o ex-escravo José Pedro Calazans, casado, residente nas matas da Cachoeira, termo da comarca de Ilhéus, escreveu ao presidente da Província da Bahia, requisitando passagens para embarcar a família liberta pela lei de 13 de maio. Na petição enviada ao presidente, José Pedro falou de sua difícil

---

<sup>7</sup> Correspondência do delegado de Alagoinhas, Anísio Pinto Cardoso, para chefe de polícia, em 4 de abril de 1889. (APEB, Delegados, n. 6.221, 1883-1889.)

<sup>8</sup> SCOTT, R. J. Exploring the Meaning of Freedom: Postemancipation Societies in Comparative Perspective. In: SCOTT, R. J. et al. (Org.). *The Abolition of Slavery and Aftermath of Emancipation in Brazil*. Durham: London: Duke University Press, 1988. p. 11.

<sup>9</sup> Cf. O DRAMA do cativo, *Escudo Social*, São Felipe, BA, 14 out. 1933, p. 2. Entrevista com o ex-escravo Argeu, trabalhador no Engenho Medrado.

viagem pelos sertões da Bahia e de Sergipe para reencontrar a família. Contou ele que em Ilhéus:

[...] Possui uma fazendinha de cacau e diversas plantações da pequena lavoura, tendo ido à procura de seus descendentes favorecidos pela áurea lei de 13 de Maio de 1888 – que se achavam no centro da província de Sergipe acossados pela fome, e reunindo apenas três filhos, uma nora viúva e oito netos com os quais – exaustos de forças e de dinheiro, quase às esmolas – teve de atravessar os sertões daquela e desta província; felizmente pôde alcançar esta capital; porém não podendo atingir o termo de sua jornada como almeja, por lhe faltarem absolutamente meios com que pagar as passagens para Ilhéus, vem humilde e respeitosamente implorar a V. Ex. a caridade de ordenar à Companhia Bahiana, cujo vapor deve seguir viagem amanhã para dar ao suplicante e sua família as passagens necessárias, conforme a lista junta, porque Exm<sup>o</sup> Sr., exceto o suplicante, todos eles são foragidos da fome, que em boa hora emigraram para escapar àquele horrível flagelo e vão no seio desta hospitaleira Província entregar-se ao trabalho cotidiano da lavoura, seguindo o exemplo que seu pai e avô há de implantar-lhes – amor ao trabalho e à pura e sã moral.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Correspondência de José Pedro Calasans para presidente da Província, em 19 de agosto de 1889. (APEB, Companhia de Navegação Bahiana, n. 5.025, 1888-1889.) Na lista de familiares vemos José Pedro de Calasans, os filhos Henrique, Antônio e Florinda; a nora Josefa; os netos José, onze anos, Isaias, nove anos, Altino, sete anos, José Antônio, três anos, Joviniana, seis anos, Lúcia, treze anos e mais duas crianças pequenas. No despacho anexo o presidente concede 13 passagens para José Pedro e sua família no vapor Visconde Marinho que partiria no dia seguinte. Como observa Julie Saville, a reconstituição da família era a pré-condição para o estabelecimento de uma economia doméstica com vistas à independência, Cf. SAVILLE, J. G. *Reconstruction: agricultural labor and collective action in South Carolina, 1860-1868. Slavery and Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, London, n. 12, p. 178, 1991.



O presidente da Província despachou favoravelmente e, no dia seguinte, o liberto embarcou no vapor Visconde Marinho com os nove membros da família. Na verdade, para a maioria dos cativos essa história de procura e reencontro não teve o mesmo desfecho. Após o fim do cativeiro o governo brasileiro não tomou nenhuma medida para auxiliar as famílias a localizarem e trazerem para suas companhias filhas e filhos vendidos para outras províncias nas décadas de 1860 e 1870 quando foi forte o tráfico interno.

Para muitos o esforço para reencontrar e reunir parentes nem sempre era bem-sucedido. Em 21 de maio de 1888, a liberta Isabel Pereira Teles, provavelmente residente na Corte, em correspondência enviada ao Ministério da Justiça, pediu a restituição do filho menor chamado Eugênio trazido para a cidade do Salvador como criado por um tal doutor Afonso de Oliveira Marques Sobrinho, por volta de 1884. O mais dramático foi que, entre janeiro daquele ano e abril de 1888, o nome de Eugênio não foi localizado nos registros de passageiros desembarcados na Bahia.<sup>11</sup>

A decisão de migrar poderia esbarrar na resistência dos antigos senhores. Após a abolição, chegaram às mãos das autoridades da Província denúncias, muitas delas redigidas por antigos abolicionistas, contra ex-senhores que estavam impondo castigos físicos ou impedindo a saída de libertos das propriedades. Em 25 de agosto de 1888, uma correspondência publicada no *Diário da Bahia* denunciava:

Por diversos meios tem os senhores buscado reaver a autoridade que a lei de 13 de maio os despojou. Ora requerem das autoridades tutoria dos ingênuos, mascarando assim o interesse de manterem sobre eles o perdido poder. Ora contratam para o trabalho das fazendas os antigos escravos e deixam de cumprir seus compromissos, não pagando os salários e quando os espoliados reclamam em vez de atendê-los ofendem-nos e querem compeli-los ao serviço gratuito.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Correspondência do chefe de polícia para presidente da Província, em 21 de maio de 1888. (APEB, Chefes de Polícia, n. 2.987, 1880-1889.)

<sup>12</sup> ESCRAVIDÃO de Libertos. *Diário da Bahia*, Salvador, 25 ago. 1888. Editorial, p. 1. (BPEB.) O editorial tinha um tom abolicionista, pois exortava os ex-escravos a reclamarem com a lei em punho, tal qual

Pela denúncia anterior, vemos que o controle sobre os “ingênuos” foi uma estratégia utilizada pelos senhores para forçar a permanência dos pais e mães. Aliás, foi uma forma de controle que se destinava principalmente às mulheres, uma vez que sobre elas recaía o cuidado com os filhos e dos parentes mais velhos. Em 16 de agosto de 1888, a ex-escrava Eulália denunciou o ex-senhor, dono do Engenho Topá, na vila de Maragogipe, de manter sob seu domínio os filhos “ingênuos” Teodora, Valentina e Júlio. Contou ela que, na noite de 27 para 28 de julho, foi surpreendida por vários indivíduos que cercaram sua casa em terras do Engenho Sinunga e levaram os filhos para o Engenho Topá, “onde não poderão ter a necessária educação e estão sofrendo as maiores crueldades”. Ela justificou o direito à guarda dos filhos alegando que estava habilitada a dar-lhes educação.<sup>13</sup> O controle sobre os filhos ingênuos foi uma forma de forçar o retorno de Eulália ao engenho.

Houve senhores de engenho que se apoiaram na Lei do Ventre Livre para requerer judicialmente a tutela dos menores. Em 8 de outubro de 1888, Vitória, crioula, mãe de Vitorina, doze anos, Porcina, dez anos e Eutrópio, seis anos, denunciou o ex-senhor Marcos Leão Veloso, proprietário do Engenho Coité, termo da vila de Inhambupe, de não querer entregar seus filhos e ainda mantê-los no canavial “como se fossem escravos, sujeitos a castigos”. A avó dos menores, a africana nagô chamada Felicidade, intercedeu pelos netos, mas Veloso se manteve irredutível. A denúncia foi escrita

---

faziam seus ex-senhores. Denunciou, ainda, que alguns senhores estavam remetendo para as autoridades da capital ex-escravos velhos e “imprestáveis”, pois seus antigos donos não se sentiam obrigados a sustentá-los.

<sup>13</sup> Correspondência de Eulália, ex-escrava, para presidente da Província, em 16 de agosto de 1888. (APEB, Judiciário-Assuntos, n. 2.751, 1887-1889.) A rogo dela escreveu Antônio de Freitas Mello, provavelmente parente do ex-senhor. Freitas Mello finalizou a petição evocando os princípios abolicionistas do presidente da Província ao dizer que, como criador da Sociedade 13 de Maio e representante da “sereníssima Princesa Imperial Regente que em 13 de maio do corrente anno extinguiu a escravidão no solo brasileiro”. No despacho, o presidente ordenou ao juiz de órfãos de Maragogipe para providenciar a respeito.

pelo abolicionista Eduardo Carigé que acusou o ex-senhor de desrespeitar a lei de 13 de maio e o direito da ex-escrava Vitória de criar e educar os filhos “para serem úteis à Pátria”.<sup>14</sup>

Antônio Calmon de Brito, juiz de órfãos da vila de Inhambupe, saiu em defesa do coronel Marcos Leão Veloso, recorrendo ao surrado argumento do despreparo dos libertos para a vida em liberdade. Em correspondência enviada ao presidente da Província, em 19 de novembro de 1888, ele afirmou que depois da promulgação da lei de 13 de maio foi grande o número de libertos que abandonou as fazendas e engenhos. Segundo ele, no engenho de Marcos Veloso, houve deserção em grande escala e muitas mães deixaram para trás os filhos “ingênuos” em “completo desamparo” e seguiram para diversos povoados “a fim de se entregarem à prostituição”. Vitória foi acusada de tal procedimento. O juiz buscou desqualificar moralmente as ex-escravas, rotulando-as de irresponsáveis e incapazes de criar os próprios filhos. Ao que parece, o presidente convenceu-se da cantilena do juiz, pois em seu despacho deu por encerrado o caso. Certamente a disputa não acabou por aí e a briga pela guarda dos menores deve ter se arrastado por muito tempo.<sup>15</sup>

Em 19 de fevereiro de 1889, Adelina, crioula, “ex-escrava”, queixou-se da perseguição promovida pelo antigo senhor, doutor Porfírio Veloso, dono de engenho em Santo Amaro, depois que a mesma decidiu fixar residência na cidade. Adelina contou que, ainda sob vigência da escravidão, ela, o filho Belmiro, crioulo, e mais “alguns parceiros” foram transferidos para o Engenho Jacú como dote de casamento da filha do ex-senhor. Após a lei de 13 de maio, ela decidiu retirar-se do referido engenho, levando consigo o filho. Na estrada que seguia para Santo Amaro foi surpreendida por quatro indivíduos armados que lhe deram pancadas, levaram seu filho e os animais em que viajavam. Adelina conseguiu fugir para a cidade, mas acusou o ex-senhor de persegui-la. Denunciou,

---

<sup>14</sup> Correspondência de Vitória enviada ao presidente da Província, em 8 de outubro de 1888. (APEB, Escravos-Assuntos, n. 2.901, 1883-1889.) A rogo dela escreveu o abolicionista Eduardo Carigé.

<sup>15</sup> Correspondência do juiz de Inhambupe, Antônio Calmon de Brito, para o presidente da Província, em 19 de novembro de 1888. (APEB, Juizes, n. 2.416, 1882-1889.)

também, que o filho achava-se preso no tronco de outra propriedade de Veloso, sofrendo castigos. Finalizou, pedindo providências para que lhe fosse entregue o filho e que cessassem as perseguições. No mesmo dia, o chefe de polícia ordenou ao juiz de órfãos de Santo Amaro para providenciar a respeito.<sup>16</sup>

Na verdade, após o fim do cativo não houve abandono “em massa” como haviam previsto os senhores baianos. Tudo indica que após a onda de fugas do final da década de 1880, a migração de libertos e seus descendentes dos engenhos foi se processando gradativamente ao longo dos anos que se seguiram à abolição. Aliás, o incremento da movimentação geográfica de populações egressas da escravidão ocorreu em outras regiões de passado escravista.<sup>17</sup> Escrevendo sobre os engenhos pernambucanos na década de 1920, Gilberto Freyre observou que a mobilidade dos trabalhadores parecia uma volúpia. À relativa sedentariedade de antes da Abolição sucedeu o ciganismo de então. Caldeireiros, metedores de cana, trabalhadores de enxada, “são agora a gente mais sem raiz deste mundo. Vivem rolando dum engenho a outro”. Segundo Freyre desapareceram as relações fixas entre senhores e trabalhadores; entre senhores e aderentes, entre senhores, rendeiros e lavradores de partido, enfim quebrou-se a “coesão patriarcal” que outrora os estabilizava.<sup>18</sup>

Na visão de Freyre, esse desenraizamento da população trabalhadora dos engenhos era consequência do processo de modernização da produção açucareira. O patriarcalismo senhorial que protegia e abrigava os libertos sob os telheiros das casas-grandes fora substituído pela impessoalidade das relações nas usinas. Para além da visão nostálgica de Freyre é preciso

---

<sup>16</sup> Petição redigida por Manoel Antônio da Silva em 26 de fevereiro; o oficial de justiça notificou a entrega do menor a Adalina. (APEB, Processos Cíveis, n. 40/1430/16, 1889.)

<sup>17</sup> Sobre mobilidade de ex-escravos em cidades de São Paulo ver: NARO, N. P. S. *Revision and Persistence: Recent Historiography on the Transition from Slave to Free Labour in Rural Brazil. Slavery and Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, London, n. 2, p. 77, 1992.

<sup>18</sup> FREYRE, G. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941. p. 113-115.

considerar as motivações dos trabalhadores. Como temos visto, a decisão de abandonar os engenhos tinha motivações diversas, incluíam, inclusive, distanciamento das antigas relações de dependência, a expectativa de ascensão social e a reparação de laços afetivos quebrados pela vida escrava. Além disso, é preciso pensar as migrações no contexto da diversidade de experiências dos libertos no pós-abolição. A decisão de migrar para outras localidades podia estar relacionada à esperança de alargar possibilidades de sobrevivência fora dos antigos engenhos ou distanciar-se da autoridade dos antigos senhores.

Para entender mais sobre as razões e significados da movimentação dos ex-escravos dos engenhos, recorreremos aos registros de entrada e saída de doentes do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, entre os anos de 1906 e 1917. Infelizmente, os livros anteriores a 1906 foram extraviados, mas os que restaram guardam informações valiosas sobre pessoas de cor negra ou mestiça nascidas em engenhos do Recôncavo internadas naquela instituição. Além da idade, cor, estado civil, profissão, os registros informam o local de nascimento e de residência dos doentes no momento em que ingressavam no hospital. Com essas referências foi possível recompor parte do itinerário de libertos ou descendentes que mudaram de residência ao longo daqueles anos.

Certamente as informações colhidas nos livros de internamento da Santa Casa não são suficientes para definir o perfil da população de ex-escravos e descendentes que deixaram os engenhos durante aquele período. Entretanto as informações ali contidas podem oferecer indicações importantes sobre as escolhas e alternativas disponíveis aos que saíram das localidades em que nasceram. Com esses dados, foi possível saber quais direções essas pessoas tomaram depois da abolição e tecer algumas considerações sobre as conseqüências sobre as das escolhas migratórias nas trajetórias pessoais e familiares.

Entre 1906 e 1917, conseguimos identificar com segurança 228 internados que nasceram em engenhos e que no momento em que deram entrada no hospital residiam em outras localidades. Com as informações sobre local de nascimento e endereço atualizado daquelas pessoas, montamos a seguinte tabela:

**TABELA 1 - MOBILIDADE GEOGRÁFICA DE PESSOAS NASCIDAS EM ENGENHOS DO RECÔNCAVO, 1906-1917**

Destinos	Quantidade	%
Total	228	100
Cidades	82	36,0
Outros engenhos	86	37,8
Usinas	29	12,6
Freguesias rurais	31	13,6

Fonte: Livros de entrada de doentes [no hospital], 1906-1917. (Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, ASCMSA.)

Vê-se que a mobilidade das pessoas nascidas em engenhos se dava em várias direções, para outros engenhos, usinas, freguesias rurais e cidades. Do total de internados, 64 por cento se movimentaram dentro do mundo rural, muitos deles envolvidos na produção açucareira. Os engenhos e usinas eram o destino de mais da metade dos internados, possivelmente essa proporção fosse maior se incluíssemos os que apenas declararam residir em outras freguesias rurais.

Os engenhos atraíram 58,9 dos que circulavam dentro da zona rural. Havia grande circulação de trabalhadores que se empregavam, apenas durante o período de corte da cana, retornando para suas residências no final da safra. A condição de trabalhadores temporários nos engenhos ficou bem explícita em alguns registros. Ao dar entrada no hospital, em 25 de abril de 1916, Marcolino Pires, “preto”, sessenta e seis anos, nascido no Engenho Jacú, informou que trabalhava no Engenho Botelho como “jornaleiro”. Em março de 1917, Umbelina de Jesus, “preta”, trinta anos, natural do Engenho Fortuna, disse trabalhar como “diarista” no Engenho Calolé.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Marcolino Pires foi internado em 25 de abril de 1916; no mesmo livro ver internamento de Umbelina de Jesus, em 1 de março de

Cabe observar que nem sempre a mudança para os engenhos significava trabalho em canavial. Lavradores de mandioca e fumo, que tinham terras arrendadas dentro dos engenhos, freqüentemente empregavam trabalhadores de enxada no período de colheita. Além disso, trabalhadores rurais costumavam se deslocar de um engenho para outro para participar de mutirões nas roças de amigos e parentes.

Para alguns trabalhadores de usina foi possível descobrir o passado escravo. Em 3 de agosto de 1910, deu entrada no hospital Manoel Brás, “preto”, solteiro, nascido no Engenho Velho, trabalhador da usina São Carlos. Revendo a lista de escravos do Engenho Velho, pertencente ao barão de Pirajá, verificamos que Manoel Brás realmente fez parte da escravaria daquele engenho. Em 1887, ele tinha vinte e três anos, solteiro, filho da escrava Eufrosina. Um ano antes do fim do cativo, toda a família de Manoel Brás ainda estava presa à escravidão, pois na lista ainda constavam os nomes de sua mãe e mais três irmãs, Eufemia, Agostinha e Dana.<sup>20</sup>

A amostragem revela que 36 por cento das pessoas nascidas em engenhos haviam se mudado para as cidades. Como era de se esperar, a maioria dos internados residia em Santo Amaro; ainda assim os dados confirmam a importância dos centros urbanos como destino possível dos que saíram dos engenhos. Na tabela seguinte listaremos as ocupações dessas pessoas nas cidades.

---

1917. (Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, doravante ASCMSA, Livro de entrada de doentes, 1913-1918.)

<sup>20</sup> Ver: Livro de entrada de doentes, 1906-1911 (ASCMSA); sobre o passado escravo de Manoel Brás ver: Inventários, n. 8/344/4, f. 233-234, 1887-1891. (APEB.)

TABELA 2 - OCUPAÇÕES DOS QUE MIGRARAM PARA AS CIDADES, 1906-1917

Profissões	Frequência	Profissões	Frequência
Lavoura	18	Pedreiro	2
Roceiro	12	Aguadeiro	2
Doméstica	11	Carroceiro	1
Cozinheira	1	Servente	1
Costureira	5	Garimpeiro	1
Engomadeira	1	Ganhadeira	1
Criado	3	Charuteiro	1
Ganhador	2	Salineiro	1
Diarista	5	Forneiro	1
Carreiro	1	Marítimo	1
Marceneiro	4	Sem declaração	3
Total			78

Fonte: Livros de entrada de doentes [no hospital], 1906-1917. (ASCMSA.)

Na tabela acima observa-se grande quantidade de trabalhadores urbanos ligados às atividades agrícolas: 38,4 por cento declararam trabalhar em lavoura ou roça. A proximidade da fronteira agrícola do centro de Santo Amaro tornava possível a um trabalhador residir na cidade e andar até o canavial de alguma usina ou engenho próximo. Cipriana Maria Pesote, “preta”, quarenta e quatro anos, nascida no Engenho Tebaida, declarou “viver de roça” e residir na rua do Bonfim, em Santo Amaro.<sup>21</sup>

Alguns internados exerciam nos centros urbanos profissões aprendidas nos engenhos. Em 16 de março de 1916, compareceu ao hospital Próspero dos Santos, “preto”, setenta anos, solteiro, pedreiro, nascido no Engenho Mombaça e naquele momento residia na cidade de Santo Amaro. Vendo a lista de escravos

<sup>21</sup> Antônio Beker da Silva foi internado em 29 de maio de 1907, segundo o registro por causa de sífilis. (ASCMSA, Livro de entrada de doentes, 1906-1911.)



daquele engenho, feita em 1880, constatamos que Próspero era pedreiro. Ao trocar a vida no engenho pela cidade, o ex-escravo aproveitou o ofício aprendido no tempo da escravidão.<sup>22</sup> Até então muitos ofícios exercidos na zona rural se encaixavam perfeitamente às necessidades do mercado urbano. Daí que é equívoco supor que os ex-escravos rurais estavam despreparados para a vida nas cidades. Mas parece que a maioria teve de aprender novos ofícios ou profissões para sobreviver. Manoel Clemente, “preto”, setenta anos, nascido no Engenho Tanque, viabilizou a sobrevivência em Santo Amaro tornando-se aguadeiro. Já Manoel Círiilo da Hora, mulato, vinte e oito anos, solteiro, nascido no Engenho Velho, teve de aprender a profissão de charuteiro.<sup>23</sup>

As mulheres internadas em sua maioria exerciam profissões domésticas, eram as amas secas, engomadeiras e cozinheiras nos sobrados da cidade. O setor doméstico era o que mais absorvia trabalho feminino saído dos engenhos. Henriqueta Maria da Silva, “preta”, sessenta anos, nascida no Engenho Brotas, trabalhava como doméstica na cidade de Santo Amaro quando, em outubro de 1906, foi internada para tratar-se de anemia. Mas o serviço doméstico não era ocupação exclusiva de mulheres. Em 15 de outubro de 1916, Dionísio dos Santos, “pardo”, dezesseis anos, nascido bem depois da abolição, no Engenho São Bento, declarou trabalhar como criado em Santo Amaro.<sup>24</sup> Pelo menos uma mulher nascida em engenho atuava no pequeno comércio

---

<sup>22</sup> Sobre o ex-escravo Próspero dos Santos ver: Livro de entrada de doentes, 1913-1914. (ASCMSA); sobre os escravos do Engenho Mombaça ver: Inventário da proprietária, Ana de Jesus Muniz Viana Bandeira, falecida em 12 de janeiro de 1873. O engenho estava localizado na freguesia do Monte e em 1875 possuía 123 escravos. (APEB, Inventários, n. 7/3148/14, 1875-1895.)

<sup>23</sup> Internamento de Manoel Clementino é datado de 25 de outubro de 1915, segundo consta para tratar-se de bronquite. (ASCMSA, Livro de entrada de doentes, 1911-1918.) Sobre Manoel Cirilo da Hora ver: internamento feito em 6 de junho de 1916. (ASCMSA, Livro de entrada de doentes, 1913-1918.)

<sup>24</sup> A paciente entrou em 21 de fevereiro de 1906, Cf. Livro de entrada de doentes, 1906-1911. (ASCMSA.) Sobre Dionísio dos Santos, internado em 15 de outubro de 1916 ver: Livro de entrada de doentes, 1913-1918. (ASCMSA.)

ambulante como ganhadeira; tratava-se de Delfina Ribeiro, “preta”, sessenta e oito anos, nascida no Engenho Pericoara, internada em 16 de fevereiro de 1916.<sup>25</sup> Seu isolamento talvez reflita a dificuldade das que migraram dos engenhos para encontrar algum espaço no competitivo universo das ganhadeiras.

Tal como no campo, a vida na cidade era muito difícil para os que emergiram da escravidão e não surpreende que alguns sucumbiram à indigência. Em 5 de novembro de 1920, foi internada no hospital Venância “de tal”, “mulata”, sessenta e oito anos, solteira, nascida no Engenho Pitinga, vivia em Santo Amaro como “esmoler”. Folheando a lista de escravos daquele engenho, feita em 1887, pode-se ler o nome de Venância, então com trinta e seis anos, solteira, filha de Patrícia. A mãe provavelmente é a mesma que aparece entre os escravos do Engenho Conde, também pertencente ao Barão de Pirajá, em 1871.<sup>26</sup>

É preciso observar que os dados do hospital dão conta, apenas, dos ex-escravos ou descendentes que estavam se movimentando dentro do Recôncavo, muitos deles ainda ligados à grande lavoura de cana. Ocorre que, nos anos seguintes à abolição, houve um movimento silencioso de libertos em direção às freguesias rurais mais distantes da lavoura de cana, especialmente para regiões de fronteira ou do litoral. Possivelmente o fluxo de ex-escravos para as terras do sul do estado tenha se intensificado em fins do século XIX em função das promessas da cultura cacaueteira.<sup>27</sup> Além da esperança de

---

<sup>25</sup> A ganhadeira Delfina Ribeiro foi internada em 16 de fevereiro de 1916 para tratar-se de reumatismo. (ASCMSA, Livro de entrada de doentes, 1911-1918.)

<sup>26</sup> Sobre a ex-escrava Venância, internada em 5 de novembro de 1920, segundo diagnóstico para tratar-se de “verminoses” ver: Livro de entrada de doentes, 1918-1921. (ASCMSA.) No dia 20 de novembro a ex-escrava faleceu. Sobre o passado escravo de Venância ver: Inventários, n. 3/1206/1675/1, v. 114, f. 112, 1869-1887, inventariada baronesa de Pirajá (APEB); ver também: Inventários, n. 8/3444/4, v. 2, f. 227, 1887-1891 (APEB), do inventário da baronesa.

<sup>27</sup> A presença de trabalhadores afro-brasileiros na lavoura cacaueteira é objeto de estudo de Mary Ann Mahony, Cf. MAHONY, M. A. Afro-Brazilians, Land Reform, and the Question of Social Mobility in

possuir roça, os salários pagos na lavoura cacauzeira eram mais atraentes do que os pagos na lavoura de cana. Segundo um estudo feito pelo Ministério da Agricultura, em 1912, o valor médio da diária do trabalhador agrícola na lavoura cacauzeira era de 2 mil réis, enquanto nos distritos açucareiros era de mil e quinhentos réis. O mesmo estudo mostrou que, durante a colheita de cacau, era comum o deslocamento de trabalhadores rurais de outras regiões para as lavouras daquele produto.<sup>28</sup>

É provável que muitos povoados litorâneos tenham atraído libertos que nasceram nas freguesias rurais do Recôncavo. Estudos futuros sobre comunidades que habitam nas proximidades dos mangues da Baía de Todos os Santos e do Baixo Sul possivelmente acusarão a entrada de gente que desertou dos canaviais após o fim do cativo.

Sabemos que, após o fim da escravidão, intensificou-se o movimento de retorno à África. Acompanhando o movimento de saída de passageiros do Brasil para a África, Kim Butler identificou sensível aumento de saída de africanos e crioulos para a cidade africana de Lagos. Duas semanas depois do 13 de maio, 54 passageiros embarcaram com destino àquela cidade. No ano seguinte, ainda era grande a saída de africanos e descendentes para portos da África.<sup>29</sup> Quando a abolição foi promulgada a maioria dos africanos já havia conseguido a alforria e provavelmente muitos haviam decidido viajar depois que filhos e netos foram libertos pela lei de 13 de maio. Possivelmente, foi considerando isto que, em 9 de maio de 1888, no dia em que os jornais noticiaram a aprovação do projeto de abolição, empresários da cidade anunciaram na imprensa a venda de passagens para a Costa da África a bordo da barca nacional Cecília. Um outro anunciante prometeu que naquele mês partiria para Lagos o patacho Bonfim.<sup>30</sup>

---

Southern Bahia, 1880-1920. In: KRAAY, H. (Org.). *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790s to 1990s*. Armonk: New York: M. E. Sharp, 1998. p. 90-116.

<sup>28</sup> Ver: BRASIL. *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. 1922. p. 471-472.

<sup>29</sup> BUTLER, K. D. *Freedom Given, Freedom Won: Afro-Brazilian in Post-Emancipation São Paulo and Salvador*. New Jersey: Rutgers University Press, 1998. p. 143.

<sup>30</sup> *Diário de Notícias*, Salvador, 9 maio 1888, p. 2. (BPEB.)

## RECÔNCAVO EM MOVIMENTO

Infelizmente os censos populacionais de 1872 e 1890 não fornecem informações sobre tendências da movimentação das populações negras pelo Recôncavo nas duas últimas décadas do século XIX. Sabe-se que nos anos finais daquele século, alguns centros urbanos do Recôncavo se destacaram como importantes pólos de atração da população livre e liberta. Salvador, Santo Amaro, São Félix e Cachoeira se destacavam como os principais centros urbanos da região do açúcar. O recenseamento de 1872 registrou 8.146 habitantes na freguesia urbana de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, destes 79,6 por cento eram negros e mestiços. Em 1890, aquela população saltou para 12.607 pessoas. Dos residentes no centro urbano, 2.542 eram de cor “preta”, ou seja, representavam 20,1 por cento da população da cidade. Se acrescermos a estes, os caboclos e mestiços, veremos que a população não branca chegava a pouco mais de 72 por cento da população geral.<sup>31</sup>

Entre os dois recenseamentos observa-se também incremento populacional na vizinha povoação de São Félix. Em 1872, residiam na então freguesia de Deus Menino de São Félix 2.857 pessoas, destes 14,5 por cento eram de cor “preta”. Em 1890, no ano em que foi elevada à condição de cidade, a população de São Félix saltou para 4.358 habitantes, destes 953 eram “pretos”, ou seja, 21,8 por cento. Apenas 36,6 por cento eram de cor branca. Nos primeiros anos do século XX, a população deste centro portuário do interior continuou crescendo. Cabe ressaltar que tanto Cachoeira como São Félix comportavam uma população flutuante constituída por trabalhadores residentes nas freguesias rurais próximas, que se deslocavam diariamente para as fábricas de charutos e retornavam ao final do dia.

---

<sup>31</sup> Sobre os dados populacionais de 1890 ver: BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. *Sexo, Raça, Estado Civil, Nacionalidade, Filiação Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. p. 10-23.

São Félix e Cachoeira eram centros urbanos que atraíam população devido às atividades portuárias, comerciais e, principalmente, pela concentração de indústrias fumageiras. Entre 1880 e 1890, as fábricas de charutos experimentaram conjuntura de crescimento das exportações para o mercado europeu. O nível de empregos nessas atividades também seguiu num ritmo de crescimento. Vejamos algumas cifras referentes a trabalhadores contratados nas maiores fábricas de charutos da região entre o final do século XIX e início do XX. A Suerdieck, sediada em Cachoeira, em 1916 empregava cerca de 400 operários; em 1921, este número pulou para 900. Em 1887, a Costa Ferreira & Penna, sediada em São Félix e com filial em Muritiba, empregava 70 trabalhadores; em 1921 este número já era cerca de 1 mil operários. Em 1877, a fábrica Dannemann, fundada por dois imigrantes alemães, empregava entre 300 e 400 trabalhadores; em 1921 contava com cerca de 1.200 operários.<sup>32</sup>

Além da indústria fumageira, as referidas cidades constituíam importantes pontos de ligação entre Salvador e as localidades mais distantes do litoral, genericamente chamadas de sertão. A condição de entreposto comercial fortaleceu-se com a construção das estradas de ferro no final do século XIX. A circulação de pessoas e mercadorias ampliou o mercado de trabalho para ganhadores, carroceiros, tropeiros, saveiristas, canoeiros, estivadores e marinheiros, profissões tradicionalmente exercidas por negros e mestiços. Nos últimos anos da escravidão, libertos e escravos fugidos seguiram para aqueles centros, especialmente atraídos pelas obras das estradas de ferro.

Em contraste, a população do Iguape, o maior distrito açucareiro de Cachoeira no século XIX, sofreu diminuição de seu

---

<sup>32</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas Villas Boas, 1922. p. 432-434. Sobre o impacto da indústria fumageira nas economias locais de São Félix e Cachoeira ver: WIMBERLY, F. D. *The African Liberto and the Bahian Lower Class: Social Integration in Nineteenth-Century Bahia, 1870-1900*. 1988. 293 p. Tese (Doutorado em História)-University of Califórnia, Berkeley, 1988. p. 87-93.

contingente populacional. Em 1872, a população de Santiago do Iguape era de 7.159 pessoas, destes 43,5 por cento eram “pretos”. Em 1890, a população do distrito chegou a 9.741 habitantes, destes 34,8 por cento eram “pretos” e apenas 10,6 por cento brancos. Os negros e mestiços chegavam a quase 90 por cento da população. O impacto da crise açucareira parece ter se refletido nas cifras populacionais dos anos posteriores. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a freguesia do Iguape sofreria significativo esvaziamento populacional. Em 1912, um pároco afirmou que a freguesia estava em estado de decadência e “sem esperança de futuro”. Segundo sua estimativa a população da freguesia era de 5 mil habitantes. O recenseamento de 1920 acusou 6.487 pessoas morando no Iguape.<sup>33</sup>

Tudo indica que, nos últimos anos do século XIX, houve migração de populações do interior da Província para a cidade do Salvador. Segundo o censo de 1872 a população de Salvador era de 129.109 habitantes. Em 1890, este contingente saltou para 171.412. Pelo censo de 1890, soubemos que os “pretos” constituíam 26,9 por cento da população. Juntando este contingente com os mestiços, vê-se que os não-brancos representavam 67,4 por cento da população.<sup>34</sup> Sabemos que, na década de 1880, Salvador foi o destino principal de grande número de escravos fugidos do Recôncavo. Parte dos que fugiram ou abandonaram os engenhos foram incorporados ao mercado de trabalho urbano nas diversas profissões tradicionalmente ocupadas pela população livre e liberta. Para saber em que medida a movimentação de escravos e

---

<sup>33</sup> Cf. Freguesias-Limites, cx. 430, 1912. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador.) Sobre a população do Iguape em 1920 ver: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.

<sup>34</sup> MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia, século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 91-124, analisa a evolução populacional de Salvador e Recôncavo. SANTOS, M. A. da S. *A República do povo: sobrevivência e tensões – Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001. p. 15, analisa processo migratório entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

libertos vinha afetando a composição dos trabalhadores da cidade averiguamos alguns dados sobre dois setores fundamentais do trabalho urbano: o trabalho de rua e os serviços domésticos.

Em estudo sobre o serviço de ganho nas ruas de Salvador, entre 1887 e 1893, o historiador João Reis verificou que dos 1.703 ganhadores registrados no *Livro de Matrícula*, 11,6 por cento eram oriundos da região do açúcar, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Cachoeira e São Francisco do Conde. Muitos deles eram ex-escravos. Se adicionarmos os ganhadores vindos de outras localidades do Recôncavo que não estavam inseridas na área açucareira esse percentual pode chegar a mais de 17 por cento. Muitos desses trabalhadores de rua abandonaram os canaviais nos últimos anos de escravidão ou logo após o 13 de Maio.<sup>35</sup>

Entre os ganhadores matriculados que saíram dos engenhos alguns traziam referências às propriedades de onde vieram ou aos antigos senhores. Manoel João, acaboclado, cinquenta e dois anos, natural de Santo Amaro, informou que “foi escravo do falecido Barão de Pirajá”. Manoel Panfilo, cor fula, vinte e seis anos, natural da freguesia do Monte, declarou ter sido “cria de Joaquim Alves da Cruz Rios”, senhor de engenho em São Francisco do Conde. José Antônio de Oliveira, preto, quarenta e seis anos, natural de Santo Amaro, afirmou ter sido “escravo do Barão de Alagoinhas”. Alguns se declararam libertos pela lei de 13 de maio. No canto N trabalhavam Manoel Longuinho, fula, vinte e sete anos, natural de Santo Amaro (ex-escravo do senador Junqueira), Anacleto Teixeira Magno de Nazaré, preto, e Julião Maurício Wanderley, cor fula, nascido na freguesia de Matoim, ex-escravo do barão de Cotegipe, todos se declararam libertos pela lei de 13 de maio.<sup>36</sup>

Alguns ex-escravos procedentes de freguesias açucareiras se concentravam no mesmo canto de trabalho. No canto da rua

---

<sup>35</sup> Sobre os ganhadores na cidade do Salvador ver: REIS J. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

<sup>36</sup> Livro de matrícula dos cantos. (APEB, Polícia, maço 7.116.) Sobre os ganhadores mencionados ver f. 2, 29, 48 e 62.

da Louça trabalhavam Ângelo Veríssimo da Purificação e Paulo Narciso das Chagas Viana, ambos pretos e vindos da freguesia do Monte, na vila de São Francisco do Conde. Para alguns foi possível saber que saíram da mesma propriedade. No canto localizado no chamado beco da Carne Seca trabalhavam José Antero, cor fula, vinte e oito anos, e Pedro Celestino, cor cabra, vinte e seis anos, ambos nascidos na freguesia do Passé e ex-escravos do mesmo senhor. Pedro Francisco de Sousa, dezoito anos, e o irmão Nilo Manoel de Sousa, dezoito anos, ambos pretos e nascidos em Paripe, ex-escravos do mesmo senhor, não apenas trabalhavam juntos, mas também residiam na mesma rua das Laranjeiras. Estas evidências mostram que libertos e livres buscaram reconstituir na cidade laços afetivos e de amizade tecidos no mundo rural.<sup>37</sup>

Separando os 58 ganhadores provenientes de freguesias que concentravam grandes engenhos, Nossa Senhora do Monte, Socorro, Rio Fundo, Bom Jardim, Iguape, Matoim, Paramirim e São Sebastião do Passé, verificamos que 17 deles traziam registro de alguma profissão. Entre as profissões citadas estavam copeiro, tanoeiro, arrieiro, ferreiro, marceneiro, carpinteiro, roceiro, carapina, sapateiro e cabeleireiro. Provavelmente essas profissões foram aprendidas nas localidades de origem e isso pode significar que a saída de trabalhadores dos engenhos para as cidades não se restringiu apenas aos que labutavam na lavoura.

Os homens e mulheres que abandonaram os engenhos, após a abolição, enfrentaram uma conjuntura de crescente controle das profissões tradicionalmente exercidas por pessoas de cor negra por parte dos poderes municipal e provincial. Desde o final do século XIX, especialmente com o declínio da escravidão nas cidades, as autoridades baianas vinham adotando medidas enérgicas para disciplinar o trabalho e os trabalhadores urbanos, a maior parte deles negros e egressos da escravidão. A matrícula dos ganhadores era parte dessa política elaborada pelas autoridades baianas.

---

<sup>37</sup> Livro de matrícula dos cantos. (APEB, Polícia, maço 7.116.) Cf. f. 5, 95 e 144.



Mas as autoridades baianas estavam, também, atentas a outros setores que concentravam trabalhadores libertos na cidade. Além dos ganhadores, foram obrigados à matrícula carroceiros e aguadeiros. Segundo um levantamento parcial das matrículas feitas até julho de 1893, trabalhavam nas ruas de Salvador 2.452 trabalhadores, sendo 1.721 ganhadores, 473 carroceiros e 258 aguadeiros. Na ocasião, os jornais anunciaram que a matrícula daqueles profissionais finalizaria em 6 de agosto daquele ano e quem não fosse matriculado estaria sujeito à multa de 10 mil réis ou 4 dias de prisão. Os profissionais matriculados ficariam obrigados a usar boné e carregar no braço uma chapa com o respectivo número.<sup>38</sup>

Além dos trabalhadores de rua, as autoridades vinham implementando medidas de controle das criadas e criados domésticos. Em 30 de dezembro de 1886, a câmara de Salvador, respondendo às requisições do chefe de polícia e aos “reclamos do público”, elaborou algumas posturas regulando a relação entre amos e criados. A medida pretendia regulamentar a locação de serviços domésticos na cidade, estabelecendo regras formais na relação entre criados e amos. Os camaristas disseram estar legislando sobre matéria “espinhosa”, uma vez que a “classe que se dedica ao serviço doméstico” não estava habituada a prescrições.<sup>39</sup> Na verdade, eram medidas que refletiam a preocupação das autoridades com o rápido declínio da escravidão na cidade do Salvador na década de 1880. Era também uma resposta do poder municipal às “famílias baianas” não só em relação à oferta de trabalho doméstico livre e liberto, mas principalmente com a adoção de mecanismos eficazes de controle que substituíssem as relações escravistas nos seus lares.

Os camaristas apresentaram 27 posturas, regulando aspectos diversos do serviço doméstico e da relação entre amos e criados. O conteúdo das posturas revelava as principais

---

<sup>38</sup> MATRÍCULAS. *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 jul. 1893, p. 2. (BPEB.)

<sup>39</sup> As posturas foram apresentadas à Assembléia Provincial para apreciação em 30 de dezembro de 1886. (Arquivo Municipal de Salvador, doravante AMS, Papéis Avulsos, 1886.)

preocupações dos camaristas em estabelecer o controle policial sobre os criados, obrigá-los a cumprir contratos e garantir que a oferta do serviço fosse feita dentro dos preceitos higienistas de então. A primeira postura determinava que haveria na Secretaria da Polícia um livro de registro destinado à inscrição de livres e libertos que exercessem as profissões de cozinheiro, copeiro, engomadeira, ama-seca ou de leite, lacaio, cocheiro, jardineiro, moço de hotel, casa de pasto e hospedagem, enfim todo serviço doméstico. A postura 3 determinava que não seria inscrito quem sofresse de moléstia contagiosa ou que causasse repugnância, aquele que tivesse contra si procedimento criminal, menores sem autorização do pai ou pessoa responsável e a mulher casada sem autorização do marido. Portanto, pretendiam os camaristas acionar os mecanismos de dominação masculina no controle das criadas. No ato da inscrição, o criado receberia uma caderneta fornecida pela câmara e autenticada pela Secretaria de Polícia e folhas em branco destinadas a qualquer observação feita pelo delegado ou pelo chefe de polícia. A primeira caderneta seria gratuita, mas da segunda em diante, o criado deveria pagar 1mil réis por cada. O criado ficava obrigado a comparecer uma vez no ano para exibir a caderneta.<sup>40</sup>

Os vereadores legislaram sobre a relação entre amos e criados definindo direitos e deveres das duas partes. A postura 9 determinava que os criados que abandonassem os serviços antes do prazo estipulado em contrato seriam multados em 20 mil réis ou 4 dias de prisão. Em compensação, a postura de número 10 facultava ao criado o direito de abandonar a casa do amo por falta pontual de pagamento e maus-tratos (“justas causas”). Considerava-se também justas causas de despedida a enfermidade, embriaguez, imperícia no serviço, “ofensa e falta de respeito” ao amo ou pessoa de sua família.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Papéis Avulsos, posturas 1-8, 1886. (AMS.)

<sup>41</sup> Papéis Avulsos, posturas 9-10, 1886. (AMS.)

A postura 15 determinava que a ama de leite que ocultasse moléstia ou sendo reconhecida incapaz de amamentar criança incorreria na pena de 20 mil réis ou 4 dias de prisão. Além disso, não poderia se recusar ao exame médico. Para a ama de leite que abandonasse a criança antes de findo o prazo de contrato (ou seja, no período de amamentação) seria multada em 30 mil réis ou 8 dias de trabalho. Resguardavam-se os direitos da ama de leite de recusar o trabalho entre outras coisas pela falta de pagamento de salário e maus-tratos e se fosse obrigada a serviço que não tivesse ajustado previamente. A amamentação seria determinada por médico designado pela câmara ou delegado de polícia e a ama de leite seria obrigada a fazê-lo pelo tempo necessário.<sup>42</sup>

Em 4 de janeiro de 1887, um ato do presidente da Província aprovou provisoriamente a implementação das posturas apresentadas pela Câmara até que a Assembléia se posicionasse a respeito. Uma das conseqüências imediatas da aprovação das Posturas da Câmara foi a realização da matrícula das criadas domésticas. No Arquivo Público da Bahia, localizamos parte do livro de matrículas das criadas que cobrem os anos de 1887 e 1893. Infelizmente, os registros de 1893 estão incompletos. Obedecendo às determinações contidas nas posturas, o livro registrava nome, naturalidade, estado civil, idade, profissão, “sinais característicos” e nacionalidade do inscrito.<sup>43</sup>

Antes de analisarmos a procedência das criadas domésticas, vejamos outros aspectos importantes do perfil deste importante contingente de trabalhadoras urbanas. Ao todo foram matriculados 791 criados e criadas domésticas, destes 566 mulheres e 225 homens; as mulheres representavam 71,5 por cento dos profissionais do setor. Destacando apenas os 781 que tinham profissão declarada, foi possível compor a seguinte tabela:

---

<sup>42</sup> Papéis Avulsos, postura 15, 1886. (AMS.)

<sup>43</sup> Livro de matrículas das criadas domésticas, 1887-1893. (APEB.)

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CRIADOS E CRIADAS POR SEXO E PROFISSÃO

Profissão	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Total	556	71,5	225	28,5	781	100,0
Cozinheira	265	47,6	25	11,1	290	37,1
Criado	77	13,8	58	25,8	135	17,3
Ama seca	64	11,5	—	—	64	8,2
Ama de leite	20	3,6	—	—	20	2,6
Engomadeira	69	12,5	—	—	69	8,8
Costureira	12	2,2	—	—	12	1,6
Lavadeira	20	3,6	—	—	20	2,6
Copeira	20	3,6	84	37,3	104	13,3
Serviço doméstico	9	1,6	1	0,4	10	1,3
Jardineiro	—	—	23	10,3	23	2,9
Cocheiro	—	—	15	6,6	15	1,9
Outros serviços	—	—	19	8,5	19	2,4

Fonte: Livro de matrícula das criadas domésticas, 1887-1893. (APEB.)

Um corte de gênero marcava as ocupações das criadas no interior dos sobrados. Por motivos óbvios, o serviço de ama de leite era dominado exclusivamente por mulheres. Porém, cuidar de crianças, engomar, costurar e lavar eram atribuições reservadas inteiramente às pessoas do sexo feminino. Em parte esta exclusividade feminina refletia a preferência dos amos e às noções de que tais serviços eram mais apropriados às mulheres. Mas a copa e a cozinha das casas e sobrados da cidade eram disputadas por homens e mulheres, mas a preferência dos amos e amas recaía sobre as mulheres. Mas apenas na copa o número de homens superava o de mulheres. Os serviços externos à casa — cuidados com o jardim, roça e animais — eram inteiramente ocupados por criados do sexo masculino.

Assim como no *Livro de Matrícula* dos ganhadores, o escrivão da polícia utilizou vários termos para classificar a cor da pele das empregadas domésticas. Por exemplo, as negras eram divididas em preta, crioula e fula. As mestiças eram fracionadas em diversas categorias e subcategorias. As pardas, por exemplo, eram classificadas em diversos matizes: parda clara, parda escura. Os brancos poderiam ser repartidos em “brancos macilentos” e “quase brancos”. Reclassificando essas variações cromáticas em torno de categorias que demarcavam as classificações raciais de então, montamos a seguinte tabela.<sup>44</sup>

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS CRIADAS DOMÉSTICAS POR COR**

Cor	Frequência	Percentual
Total	774	100,0
Preta	337	43,6
Parda	273	35,3
Cabra	101	13,0
Cabloca	15	1,9
Branca ou “quase branca”	48	6,2

Fonte: Livro de matrícula das criadas domésticas, 1887-1893. (APEB.)

Vemos que o serviço doméstico era um setor predominantemente ocupado por pessoas de cor negra ou mestiça, estas representavam 93,8 por cento dos que cozinham, lavavam e cuidavam das crianças dos moradores dos sobrados urbanos. Entre as criadas encontramos apenas 8 africanas, algo que reflete o declínio da população africana nos serviços urbanos. Mas desde

<sup>44</sup> Aqui seguimos o mesmo procedimento classificatório, para definir o perfil dos ganhadores, utilizado por REIS, 2000, p. 234.

a escravidão o trabalho doméstico empregava escravas nascidas no Brasil, algo que refletia a preferência dos senhores e senhoras de serem servidos por pessoas conhecedoras dos seus gostos e caprichos. Criadas e criados brancos eram rara exceção e seu número poderia ser menor se retirássemos os classificados como “quase-brancos”. Mas não podemos pensar que esta maioria negra fosse apenas resultado da recusa dos brancos pobres em empregar-se nas casas dos brancos ricos. Anúncios de emprego publicados em jornais da época mostram que muitos amos e amas manifestaram preferência de serem servidos por pessoas de cor negra.

Do total de criadas domésticas, 205, ou seja, 25,9 por cento eram naturais de diversas freguesias rurais e urbanas do Recôncavo. Dos centros açucareiros (Santo Amaro, São Francisco, Cachoeira e São Sebastião do Passé) vieram 110 criados, ou seja, 13,9 por cento do total de criados e criadas. Entre as que vieram daquelas freguesias identificamos algumas que saíram dos engenhos. Em 1887, compareceu à Secretaria de Polícia Laurentina Dutra, filha de Joana Dutra (já falecida), quarenta e dois anos, solteira, cozinheira, “alugada” na casa do ex-senhor Luís Rodrigues Dutra, na freguesia da Vitória. Laurentina havia sido ex-escrava do Engenho da Cruz e pelo visto continuou ligada ao ex-senhor, na capital. Daquele engenho migrou, também, Simoa Dutra, quarenta anos, filha de Manoel Luís e Simoa, criada, cor cabra, que declarou estar alugada no bairro da Graça.

Duas outras ex-escravas do Engenho da Cruz foram matriculadas em 1893. Orminda Pereira, trinta e cinco anos, solteira, filha da nossa conhecida Etelvina Dutra, nascida no Iguape, criada, cor parda, alugada na casa de Francisco Teixeira de Carvalho desde 1883. Maria Serafina Dutra, trinta e cinco anos, solteira, cozinheira, nascida no Iguape, filha da ex-escrava Generosa Dutra, alugada na casa de uma família residente no Rio Vermelho.<sup>45</sup> Sabemos que, nessa época, a mãe de Orminda e o irmão Maximiano continuavam morando e trabalhando no Engenho da Cruz. Portanto, ainda tinha familiares nos locais em que foi escrava e a referência a pai e mãe mostra que, mesmo à distância, tinha ligação com a comunidade de origem.

---

<sup>45</sup> Livro de matrícula das criadas domésticas, n. de registro 141, 309, 572, 577. (APEB.)

Por certo, os ex-escravos dos engenhos buscaram recompor na cidade os laços construídos na época da escravidão. Mais atrás vimos ganhadores oriundos de freguesias açucareiras trabalhando no mesmo canto e, às vezes, morando na mesma rua. Em 1901, quando foi denunciada pelos vizinhos de espancar o neto, Maria Luísa Dutra Bulcão, crioula, lavadeira, ex-escrava do Engenho da Cruz, informou que mesmo residindo em outro endereço ia sempre à casa da filha, Maria do Espírito Santo. Marcas da vida difícil de mãe e filha ficaram gravadas nas páginas do processo. Maria do Espírito Santo contou que vivia “alugada” como cozinheira e por isso não ia dormir em casa diariamente. Disse também que não denunciou a mãe à polícia para não vê-la sofrer.<sup>46</sup> Provavelmente avaliou que se denunciasse a mãe estaria condenando-a a outro cativo.

A inserção dos ex-escravos nas comunidades urbanas era permeada de conflitos. Por vezes, em meio aos conflitos, o passado de escravidão poderia ser lembrado por algum desafeto. Em 20 de fevereiro de 1892, depois de entrarem em várias casas de conhecidos para sambar, rapazes e moças residentes em Cachoeira, alguns deles com profissão de ganhador, entraram na casa de Manoel Nicolau Delfino, conhecido como Nicolau Muniz, jornaleiro, nascido no Engenho Vitória. Depois que o grupo saiu, Nicolau e a amásia deram por falta de objetos de uso doméstico e resolveram reavê-los. Ao chegar na rua das Flores, Nicolau dirigiu-se a Fuão, conhecido por “Crioulo”, e ao ganhador Aprígio pedindo a devolução dos objetos. Houve desentendimento e o grupo partiu para Nicolau sob os gritos: — “Mata o negro”. Negro aqui tinha um sentido não apenas racial, mas também da antiga condição de escravo. Por certo, o grupo que agrediu Nicolau sabia estar dirigindo-se a um ex-escravo. Na verdade essa suspeita confirmou-se depois de verificar a lista de escravos do Engenho Vitória, feita em 1871, e nela se vê o nome de Nicolau, crioulo, quarenta anos, “aleijado da mão esquerda”, marinheiro.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Sobre a ex-escrava Maria Luísa Dutra Bulcão ver: Processo-Crime, n. 215/1/6, f. 2-10, 1901. (APEB.)

<sup>47</sup> Inventário de Egas Moniz Barreo de Aragão. (Arquivo Regional de Cachoeira, doravante ARC, cx. 158, f. 12, 1871-1900.) Ver também processo contra Domingos Ramos Sacramento em: Lesões Corporais, 1892-1893. (ARC.)

Segundo Manoel Querino existia em Salvador a curiosa instituição dos “recolhedores de tradições”; era constituída de pessoas idosas que sabiam dos fatos ocorridos na sociedade. Em cada freguesia, um ou mais indivíduos tinham por hábito recolher em cadernos de notas os fatos mais importantes dos seus respectivos quarteirões, especialmente assuntos da vida pública e particular das pessoas de destaque social. Dava-se uma luta entre famílias e cada um punha em relevo a sua “importância social”. Mas, quem quisesse saber do “lado fraco” do oponente, bastava procurar o “homem do arquivo”. Entre as questões embaraçosas que podiam atingir a reputação dos contendores estava o passado de escravidão. Bastava dizer: “Fulano nasceu em tal tempo, seus pais foram fulano e fulana, sua avó escrava e por vezes levou surra”. Ou então:

Fulano, que está hoje figurando como gente, é filho de mulher escrava, que fugiu do engenho ainda rapariga nova; veio para aqui, a sorte correu-lhe a mil maravilhas, os filhos já estavam bem arranjados quando apareceu o senhorio. Houve uma luta tremenda para que tudo ficasse em sigilo, como de fato ficou devido a muitos empenhos e considerável soma de dinheiro.<sup>48</sup>

Na verdade, ex-escravos ou seus descendentes da cidade e do campo rechaçaram qualificativos que evocavam a antiga condição escrava, principalmente se eram utilizados para depreciar a nova condição de livres. Na manhã de 2 de março de 1906, na rua da Preguiça, Maria Secundina da Conceição, identificada pelo escrivão da polícia como de “cor preta”, vinte e sete anos, engomadeira, sentiu-se insultada ao ser chamada de “neguinha” por um pescador chamado Fábio. Por causa disso, houve áspera discussão e Fábio espancou gravemente Maria Secundina.<sup>49</sup> Mas a referência ao passado de escravidão poderia ser feita através de outros meios. Na noite de 15 de março de 1891, na cidade de Cachoeira, Laudelino Ferreira da Silva foi

---

<sup>48</sup> QUERINO, M. *A Bahia de outrora*. Bahia: Progresso Editora, 1946. p. 224-225.

<sup>49</sup> Fábio Teixeira de Sousa foi preso pelo espancamento de Maria Secundina. (APEB, Processo-Crime, n. 215/20/4, f. 6-11, 1906.)



violentamente agredido depois que ameaçou espancar com chicote Pompeu “de tal”, trabalhador da fábrica de charutos Dannemann, em São Félix.<sup>50</sup> Bater em alguém com chicote era rebaixá-lo à condição de escravo e Laudelino pagou caro pela afronta.

Para além dessas diferenças, as fugas de escravos e a migração de libertos após a abolição haviam colocado em contacto pessoas que viveram a experiência da escravidão no campo e na cidade. O trabalho conjunto de ganhadores no mesmo canto mostrou que trocas de experiências entre libertos de diversas localidades estavam de processando nas ruas de Salvador. E mais que isso, a equiparação de todos na mesma condição de cidadãos livres após a lei de 13 de maio havia criado novos padrões de relações cotidianas não mais fundadas nas diferenças entre livres, libertos e escravos. Talvez por isso os trabalhadores urbanos estivessem testando as possibilidades de agirem como classe.<sup>51</sup> Não surpreende que entre 1888 e 1896 ocorreram 31 greves em Salvador e Recôncavo.<sup>52</sup>

Por isso, é necessário aprofundar os estudos sobre a projeção das experiências da escravidão sobre as lutas operárias na Bahia do pós-abolição. A forma como os movimentos operários de então manifestaram publicamente suas demandas oferecem algumas pistas, uma delas o uso reiterado de alusões diretas ou metáforas à escravidão. Em 1889, quando se pronunciaram contra a demissão de companheiros de trabalho, charuteiros da fábrica Dannemann, em São Félix, alegaram que os tempos da escravidão haviam passado. Em outubro de 1909, quando protestavam contra a decisão da Viação Férrea de aplicar multas, remover trabalhadores para outras localidades e não pagar horas extras,

---

<sup>50</sup> Na verdade, quem ameaçou de dar bofetadas em Pompeu foi Joana “de tal”, moradora na rua do Sabão, depois de saber que o mesmo havia insultado a filha com palavras injuriosas. (ARC, Lesões Corporais, Inquérito contra Pompeu “de tal”, f. 9-11, 1891-1893.)

<sup>51</sup> Esse argumento é desenvolvido por REIS, 2000, p. 239-241.

<sup>52</sup> Ver: FONTES, J. R. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista - 1888-1930*. 1982. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982. p. 56.

operários, maquinistas e foguistas acusaram a empresa de tentar reduzi-los à condição de “escravos humilhados”.<sup>53</sup>

Nesse aspecto, o passado de escravidão poderia ser evocado como parte das experiências de classe. Em 12 de maio de 1902, ao conclamar o “povo baiano” a não esquecer a data da “nossa emancipação”, o líder operário e ex-abolicionista Ismael Ribeiro, em carta publicada em jornal da cidade, pronunciou-se em nome de “meus antepassados”.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Ver: FONTES, op. cit., p. 110. O livro de Sidney Chalhoub abriu perspectivas interessantes para pensar as experiências de trabalhadores no pós-abolição, Cf. CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Ver também: SOUZA, R. S. *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)*. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007; especialmente capítulos 2 e 3, que discutem como as experiências da escravidão se projetaram sobre as lutas dos ferroviários entre o final do século XIX e início do XX.

<sup>54</sup> *Jornal de Notícias*, Salvador, 12 maio 1902, p. 1. (BPEB.)

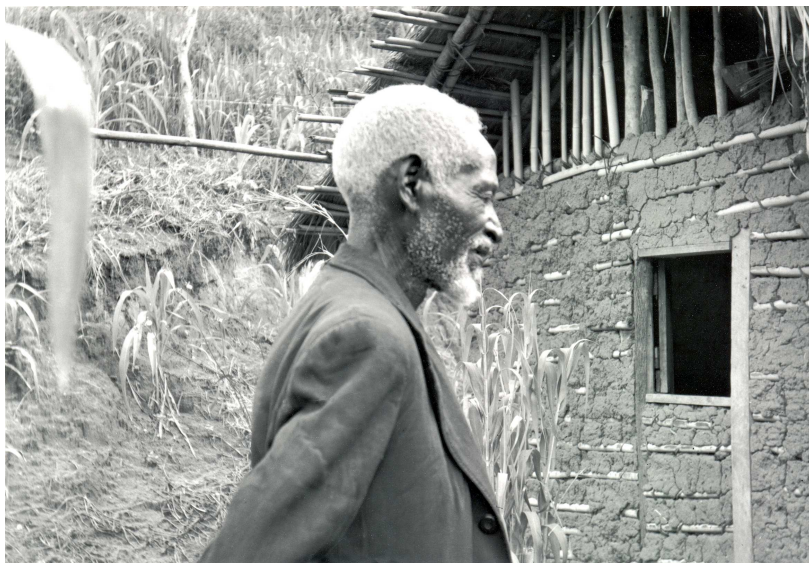
## **MIGRATION AND THE HOPE OF SOCIAL MOBILITY IN THE POSTEMANCIPATION BAHIAN RECONCAVO**

### **ABSTRACT**

This paper follow the life stories of ex-slave and their descendants who migrated from the rural area to other parts of the Recôncavo of Bahia in the years after abolition. The idea is to see the degree to which the experience of slavery and the expectation of freedom influenced choices about migration and the ways in which ex-slave inserted themselves into the urban milieu. Reconstructing the diversity of the paths taken, we also hope to identify the various strategies and arrangements that the people and families adopted to survive after the end of captivity.

### **KEYWORDS**

Abolition. Postemancipation. Bahian Reconcavo.



[Homem e casa de pau a pique]. Vassouras, RJ, [entre 1948 e 1949].  
(Foto de Stanley J. Stein, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP.)